

Comissão do Senado aprova fim da escala 6x1

Votação não estava prevista na pauta e foi realizada em minutos

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nesta quarta-feira (10) o fim da escala de trabalho 6x1, de seis dias semanais com apenas um de descanso, texto alinhado ao que defende o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Propostas similares aguardam avanço na Câmara dos Deputados.

A proposta se tornou parte do discurso dos partidos de esquerda e é uma das vitrines que a gestão petista pretende apresentar na eleição de 2026. Hoje, a discussão é encabeçada principalmente pelos ministros Guilherme Boulos (Secretaria-Geral) e Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais).

A votação na CCJ não estava prevista na pauta e foi realizada em poucos minutos, em um momento de reunião já esvaziada. O método motivou protestos da oposição.

O presidente do colegiado, responsável por definir o que é votado na comissão, é Otto Alencar (PSD-BA). A proposta foi de iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS), e teve como relator Rogério Carvalho (PT-SE). Todos são aliados de Lula.

A posição do governo, que foi pego de surpresa pela tramitação rápida da PEC no Senado, foi reforçada por Boulos após participar de audiência da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

“Nós estamos indo agora para o Senado conversar com o senador Paulo Paim, com o relator Rogério Carvalho, inclusive para discutir os próximos passos e já tentar dialogar sobre data para se pautar no plenário do Senado a PEC do fim da escala”, disse. “Foi muito importante ter se aprovado na CCJ porque já passa para o próximo passo, que é o plenário.”

A deliberação foi simbólica, ou seja, sem contagem de votos. O arranjo é possível quando há acordo entre os senadores presentes na deliberação.

O texto ainda precisa de aprovação do plenário do Senado para concluir sua tramitação na Casa Alta. Depois, segue para análise da Câmara e só depois, caso avance, para a sanção presidencial.

Segundo auxiliares de Lula a par da discussão, o governo pretende apoiar qualquer projeto relativo à redução da jornada semanal de trabalho, desde que

cumpra três pré-requisitos considerados fundamentais: jornada semanal de no máximo 40 horas (hoje são 44 horas), fim da escala a 6x1 e sem redução de salário, como é o caso da proposta aprovada nesta quarta no Senado.

Há duas principais propostas relativas à redução da 6x1 que têm apoio do governo: o projeto de lei 67/25, hoje sob a relatoria do deputado Leo Prates (PDT-BA) e a PEC (proposta de emenda à Constituição) 8/25, de autoria da deputada Erika Hilton (PSOL-SP) junto a outros parlamentares.

O PL propõe uma redução de 44 horas para 40 horas, e reduz a jornada semanal para 5x2. Já a PEC visa uma redução maior, para 36 horas semanais e 4x3 (quatro dias de trabalho e três de descanso).

Na semana passada, o governo se manifestou contra uma outra proposta, de relatoria do deputado Luiz Gastão (PSD-CE), que se propunha a reduzir a jornada, mas mantinha a escala de trabalho em seis dias, o que contraria os pontos defendidos pelo governo.

Já a PEC aprovada na CCJ estipula que a jornada de trabalho passe das 44 horas semanais vigentes para 36 horas semanais. Também limita o trabalho a cinco dias por semana, determinando que haja dois dias de descanso remunerado -preferencialmente aos sábados e domingos.

O texto também estipula uma regra de transição. No primeiro ano posterior à eventual promulgação da emenda constitucional, a jornada passaria a até 40 horas em cinco dias por semana. Depois, haveria redução de uma hora de trabalho semanal a cada ano até o limite chegar a 36 horas.

No total, a transição tomaria cinco anos. O texto também determina que não poderá haver redução salarial.

O senador Eduardo Girão (Novo-CE) tinha deixado o plenário da CCJ antes da votação e voltou para protestar. “Fico triste com esse tipo de procedimento na CCJ às vésperas de um recesso parlamentar. Esse é um assunto que poderia ser pedido vista [mais tempo para analisar]”, disse ele. “Confesso que me sinto violentado por essa atitude”, declarou o senador.

Caio Spechoto e Mariana Brasil (Folhapress)



Deliberação foi simbólica, ou seja, sem contagem de votos

CEB IPes

CUIDA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, CUIDA DE VOCÊ.

Quando as luzes do Distrito Federal acendem é a CEB IPes que está por trás disso. Somos responsáveis pela modernização, manutenção e expansão de toda a iluminação pública do DF. E, em 2025, avançamos como nunca: **96% da iluminação pública do DF já foi modernizada**, totalizando a maior compra de luminárias do país. **São investimentos de mais de R\$ 200 milhões** para tornar ruas, praças e avenidas mais seguras e cheias de vida. Mais do que cuidar das luzes, cuidamos do que acontece sob elas: o seu comércio, a sua rotina, a sua tranquilidade.

CEB IPes. Cuidando do presente. Iluminando o futuro.

FALE COM A CEB IPes

61 3774-1155

PELO 155

APP ILUMINA DF

CEB IPes

Iluminando os caminhos de Brasília